

Guararema é destaque no Programa Município VerdeAzul



Ranking publicado pelo Governo do Estado de São Paulo evidencia Guararema com o 4º lugar entre as 121 cidades participantes com até 49.999 habitantes e também como líder nas regiões Alto Tietê e Vale do Paraíba.

PAG. 05



Portal
Restaurante & Choperia

PEÇA PELO LINK DA BIO!

(11) 93960-1477
(11) 4657-5795

Av. Coronel Bertoldo, 1355
Santa Isabel - SP
(Ao lado do Portal Turístico
sentido Rodovia Pres. Dutra)

Números que contam uma história maior

EDITORIAL

Os dados mais recentes do Registro Civil divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam muito mais do que estatísticas frias. Eles expõem transformações profundas na forma como os brasileiros se relacionam, constroem famílias e projetam o futuro. O crescimento recorde dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a queda histórica no número de nascimentos apontam para um país em mudança, onde direitos consolidados convivem com novos desafios demográficos.

Em 2024, cerca de 12,2 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo foram registrados no Brasil. O aumento de 8,8% em relação ao ano anterior não é apenas expressivo, é simbólico. Trata-se do maior número desde 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 175, impedindo cartórios de se recusarem a celebrar esses casamentos, após decisão do Supremo Tribunal Federal que equiparou uniões homoafetivas às heteroafetivas.

O dado mais revelador é proporcional. Enquanto os casamentos entre homens e mulheres cresceram apenas 0,8% em 2024, as uniões entre pessoas do mesmo sexo avançaram 11 vezes mais. Isso indica que, mesmo em um cenário geral de retração da formalização de casamentos, a população LGBTQIA+ segue ocupando espaços institucionais antes negados, reforçando o casamento como um direito civil e simbólico.

O protagonismo feminino chama atenção. Quase 7,9 mil casamentos entre

mulheres foram registrados em 2024, crescimento de 12,1% em um ano. Já as uniões entre homens chegaram a pouco mais de 4,3 mil, com avanço de 3,3%, número menor, mas significativo por reverter a queda observada no período pós-pandemia.

Esse movimento pode ser lido como reflexo de maior autonomia econômica e social das mulheres, além de um ambiente um pouco mais seguro para a formalização dessas relações. Ainda assim, o contraste entre gêneros sugere que o preconceito, mesmo velado, segue impactando escolhas e trajetórias.

Apesar do crescimento nas uniões homoafetivas, o Brasil segue abaixo do patamar pré-pandemia. Entre 2013 e 2019, o país superava 1 milhão de casamentos por ano. Em 2024, foram 936,7 mil. A taxa de nupcialidade caiu para 5,6, bem distante dos 7,1 registrados em 2014.

Os brasileiros também estão se casando mais tarde. Entre casais de sexos diferentes, a idade média chegou a 31,5 anos para homens e 29,3 para mulheres. Entre pessoas do mesmo sexo, os números são ainda maiores, 34,7 anos para homens e 32,5 para mulheres. O casamento deixou de ser um rito precoce e passou a ser uma escolha mais madura, muitas vezes condicionada à estabilidade financeira.

Curiosamente, uma tradição resiste. Dezembro segue como o mês preferido para casar, único a ultrapassar 100 mil registros, reforçando o peso cultural do fim de ano como símbolo

de recomeço.

Se o casamento revela mudanças nos vínculos afetivos, os nascimentos escancaram uma transformação demográfica profunda. Em 2024, o Brasil registrou pouco mais de 2,38 milhões de nascimentos, queda de 5,8% em relação a 2023. É o sexto recuo consecutivo e o mais acentuado em duas décadas.

A explicação não está apenas em escolhas individuais, mas em fatores estruturais. As mulheres estão tendo menos filhos e mais tarde, e há menos mulheres em idade reprodutiva. Em 2004, mais da metade dos nascimentos era de mães com até 24 anos. Em 2024, esse percentual caiu para 34,6%. Em contrapartida, estados como Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul concentram quase metade dos nascimentos em mães acima dos 30 anos.

O crescimento dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a queda contínua dos nascimentos não são fenômenos isolados. Eles dialogam com um Brasil mais urbano, mais longo, mais diverso e também mais pressionado por desigualdades regionais, custos de vida elevados e insegurança econômica.

Os números mostram avanços civilizatórios claros, especialmente no reconhecimento de direitos. Mas também acendem alertas sobre políticas públicas, previdência, mercado de trabalho e cuidado com a infância. O Brasil que emerge dessas estatísticas é mais plural e mais consciente de suas escolhas, mas precisa, com urgência, planejar o futuro que esses dados já anunciam.

Governo de SP propõe isentar IPVA de mais de 50% da frota de motos

MOTOCICLETAS ATÉ 150 CILINDRADAS



O projeto de lei enviado pelo Governo de SP para a Assembleia Legislativa (Alesp) prevê a isenção de IPVA para 2,4 milhões de motocicletas até 150 cilindradas, o equivalente a 53% da frota do estado.

A proposta isenta do imposto todas as motocicletas, ciclomotores e motonetas de até 150 cc de propriedade de pessoas físicas. A medida tem forte impacto no orçamento de quem

utiliza a moto como instrumento de trabalho, especialmente entregadores e prestadores de serviço.

“Essa iniciativa reconhece a importância social e econômica da motocicleta para milhões de paulistas que dependem dela para trabalhar e garantir renda. Estamos falando de entregadores, prestadores de serviço e trabalhadores que movimentam a economia todos os dias. A isenção foi plane-

jada com responsabilidade, para aliviar o orçamento de quem mais precisa, sem comprometer o equilíbrio das contas do Estado”, destaca o governador Tarcísio de Freitas.

Se o projeto for aprovado, a isenção passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2026 para veículos em situação regular de registro e licenciamento. O texto altera a Lei nº 13.296/2008, que regulamenta o IPVA no Estado.

EXPEDIENTE

Os textos assinados não refletem a opinião do jornal. Os anúncios são de responsabilidade dos anunciantes

DEUS SEJA LOUVADO!

AGORA NEWS

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM SANTA ISABEL, ARUJÁ E GUARAREMA
Endereço: Rua Mar Mediterrâneo, 110 - Vila Nova - Santa Isabel - SP
EDITOR RESPONSÁVEL: DAGNEI DOS ANJOS - MTB 64122SP
DAGNEI DOS ANJOS 28437509890 CNPJ: 40.669.516/0001-48 - EDIÇÃO SEMANAL



Telefone: (11) 4656-2247
www.jornalagoranews.com.br
E-mail: jornal@jornalagoranews.com.br

DGI

CNI projeta crescimento do PIB de 1,8% em 2026

SEGUNDO ENTIDADE, JUROS ALTOS E EMPREGO FRACO DEVEM FREAR ECONOMIA

Após crescer 2,5% em 2025, a economia brasileira deve avançar 1,8% em 2026, segundo projeção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada nesta quarta-feira (10). As estimativas constam do Relatório Economia Brasileira 2025-2026, que aponta que o ritmo de atividade continuará pressionado pelo alto nível dos juros e pelo enfraquecimento do mercado de trabalho.

Segundo a CNI, a taxa Selic encerrará 2026 em 12% ao ano, contra os 15% ao ano atuais. A inflação deve fechar o ano em 4,1%, dentro do intervalo da meta, de 3%, com banda de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Os juros reais (diferença entre juros e inflação) estão estimados em 7,9% para o próximo ano. Acima da taxa neutra de juros de 5% ao ano, na avaliação da entidade, os juros continuam a limitar o investimento e o crescimento econômico.

Conforme a CNI, a combinação de crédito caro, demanda interna mais fraca e aumento das importações deve continuar afetando a indústria, especialmente a de transformação, que deve crescer apenas 0,5% no próximo ano, o pior desempenho entre os segmentos industriais.

O setor de serviços deve ser o principal motor da expansão econômica no próximo ano, com avanço de 1,9%, segundo o relatório.

Em entrevista coletiva, o presidente da CNI, Ricardo Alban, culpou os juros altos pela desaceleração econômica em 2026. Ele ressaltou

que o crescimento de 1,8% no PIB será o menor em seis anos.

“Com juros nesse patamar, a economia vai desacelerar ainda mais, prejudicando todos os setores produtivos, em especial a indústria. É necessário que o Banco Central inicie o ciclo de cortes na Selic o quanto antes”, afirmou.

CONSTRUÇÃO DEVE REAGIR: Apesar das dificuldades, alguns setores têm perspectivas positivas. A construção deve avançar 2,5% em 2026. Segundo a CNI, o novo modelo de crédito imobiliário, o aumento do teto do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a ampliação de financiamentos para o Minha Casa, Minha Vida e para reformas de moradias de baixa renda devem impulsionar o setor, mesmo com os juros elevados.

A indústria extrativa deve crescer 1,6%, apoiada pelo forte volume de produção de petróleo e minério de ferro. Apesar da expansão, o crescimento representa forte desaceleração em relação a 2025, quando o segmento deverá crescer 8%.

Já a agropecuária tende a “andar de lado” em 2026, com expansão zero, diante de projeções iniciais de uma safra bem menos expressiva que a de 2025. Em 2025, segundo a CNI, o setor deverá crescer 9,6%, segurando o crescimento do PIB de 2,5% para este ano previsto pela entidade.

EXPORTAÇÕES: Em relação às exportações, o relatório da CNI resalta que o fechamento de parcerias comerciais e a abertura de mercados compensaram parcialmente os impactos

do tarifaço imposto pelos Estados Unidos. No caso da indústria de transformação, ressaltou a entidade, as maiores elevações foram para China, Reino Unido, Itália e Argentina.

Para 2026, a CNI projeta aumento de 1,6% nas exportações, considerando fatores como safra mais modesta, tarifas norte-americanas e menor demanda global por petróleo. O desempenho da economia argentina também deve pesar negativamente.

As exportações brasileiras devem alcançar US\$ 350 bilhões em 2025, alta de 3% em relação a 2024, impulsionadas pelas parcerias comerciais e pela safra recorde. As importações devem crescer 7,1%, chegando a US\$ 293,4 bilhões, impulsionadas pela queda de preços internacionais, pelo desvio de comércio provocado pela nova política comercial dos Estados Unidos, pela valorização do real e pelo aumento da renda das famílias.

Com isso, o saldo comercial deve ser de US\$ 56,7 bilhões, queda de 14% na comparação anual.

As estimativas da confederação indicam um cenário de crescimento moderado, sustentado pelo setor de serviços e por nichos específicos da indústria, mas limitado por juros elevados e pela desaceleração da demanda interna. A CNI reforça a necessidade de políticas que estimulem investimentos e fortaleçam os setores mais atingidos pelo atual ambiente econômico.



Mariane Lobo
maison

Emagrecimento corporal sem sofrimento!



Conquiste sua melhor versão para o verão com o nosso combo especial!

COMBATA A GORDURA LOCALIZADA COM AS TECNOLOGIAS:



VELARYAN®



crio sculpting

AGENDE SUA AVALIAÇÃO

(11) 91372-7231

Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP

Alesp aprova lei do ICMS Educação

PROPOSTA É VALORIZAR MUNICÍPIOS COM MELHORES INDICADORES ESCOLARES

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou nesta semana a lei que regulamenta o ICMS Educação. Agora, a legislação segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas. A proposta, elaborada pela Secretaria da Educação do Estado (Seduc-SP), visa aperfeiçoar a legislação estadual e atender às determinações da Emenda Constitucional nº 108/2020 que definiu o Novo Fundeb e exige que parte da cota-parte do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços seja distribuída entre os municípios com base em indicadores de aprendizagem e equidade. A estimativa é que sejam redistribuídos mais de R\$ 800 milhões entre as cidades paulistas.

Até o momento, a Lei estadual nº 3.201/1981, modificada pela Lei nº 17.575/2022, definia que 13% da arrecadação do ICMS fossem destinados à educação. Porém, apenas metade deste valor era distribuída conforme critérios de qualidade da educação. A outra metade leva em conta o porte do município.

A legislação proposta pela Seduc-SP corrige essa distorção e



passa a vincular 100% dos recursos exclusivamente a indicadores educacionais de desempenho e equidade, em conformidade com a Constituição. Com isso, São Paulo passa a incentivar a melhoria contínua da educação nos municípios.

“O percentual continua sendo de 13% da arrecadação do ICMS, como previsto na legislação vigente. O que muda é a forma de distribuição desses recursos entre os municípios. Ao vincular os repasses a indicadores de desempenho, incentivamos os municípios a investir continuamente na quali-

dade da educação e na criação de uma cultura de excelência e responsabilidade na gestão educacional. Trata-se de um compromisso com a equidade e com o futuro das nossas crianças”, destacou o secretário da Educação, Renato Feder.

Para a redistribuição do ICMS, entre os mecanismos da legislação da Seduc-SP está a alteração do Índice de Qualidade da Educação Municipal (IQEM). O IQEM, por sua vez, será composto pelo resultado das avaliações do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp) —

principal ferramenta utilizada para medir o desempenho dos estudantes no 2º e 5º anos do Ensino Fundamental da rede estadual e também das redes municipais. Nesse sentido, a nova fórmula de cálculo prevê:

- 40% para desempenho em alfabetização (alunos do 2º ano do Ensino Fundamental);
- 40% para desempenho em aprendizagem nos anos iniciais (alunos do 5º ano do Ensino Fundamental);
- 10% para equidade, com base no nível socioeconômico dos estudantes;
- 10% para percentual de matrículas em

tempo integral, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As metas de melhoria serão definidas por município, a depender da sua própria evolução e não entre pares. O cálculo também garante que municípios com maior percentual de alunos em situação de vulnerabilidade entre os matriculados nos anos iniciais recebam incentivos adicionais.”

Para evitar mudanças abruptas, o texto enviado à Alesp estabelecia um período de transição gradual entre os anos de 2026 e 2028.

“A iniciativa é inspirada em boas práticas adotadas por estados

como o Ceará e tem como objetivo estimular a melhoria contínua das redes de ensino municipais, com foco em resultados concretos, especialmente na alfabetização na idade certa, aprendizagem nos anos iniciais e ampliação do tempo integral — sem prejuízo à autonomia dos entes federados”, acrescenta Feder.

Anualmente, os resultados serão disponibilizados em um painel com relatórios anuais. A Alesp acrescentou à lei a possibilidade de que, após os resultados, as prefeituras tenham 30 dias para a apresentação de recursos.

Guararema é destaque no Programa Município VerdeAzul

MELHOR NOTA DO ALTO TIETÊ E DO VALE DO PARAÍBA

A realização contínua de ações de educação ambiental, a gestão adequada de resíduos sólidos, o incremento da arborização urbana e proteção da fauna silvestre, entre outras ações ambientais como a limpeza e desassoreamento de ribeirões e a obtenção da certificação internacional NBR ISO 14001:2015 de Gestão Ambiental têm garantido à Prefeitura de Guararema destaque no Programa Município VerdeAzul do Governo do Estado de São Paulo. Divulgado nesta semana, o ranking do ciclo 2024/2025 traz Guararema com 93,5 de 100 pontos possíveis, aparecendo em destaque na categoria de municípios com faixa de população entre 10.000 a 49.999 habitantes.

Além de estar em evidência com o 4º lugar entre as 121 cidades participantes que compõem o “grupo 2”, assim como nos últimos quatro anos Guararema é líder com a maior nota entre os municípios das regiões Alto Tietê e Vale do Paraíba.

A manutenção da certificação junto ao PMVA foi recebida pelo Secretário Municipal Adjunto de Meio Ambiente de Guararema, Leandro de Leon Santos, em cerimônia realizada nesta terça-feira (9) no Palácio dos Bandeirantes, na capital. Participaram o governador do Estado

de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o deputado estadual e presidente da Alesp André do Prado, a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natalia Resende, e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, entre outras autoridades.

“Permanecer em destaque no Programa Município VerdeAzul significa que nosso trabalho para tornar Guararema uma referência em sustentabilidade, ecologia e preservação ambiental segue sendo positivo. Por aqui cuidamos de gente e também cuidamos da vegetação, dos animais, da qualidade do ar e da água e de toda a natureza”, avalia o prefeito de Guararema, o Zé, que agradece o empenho de toda a Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, a participação dos moradores e também o “apoio do governador Tarcísio de Freitas e dos sempre presentes deputado federal Marcio Alvino e deputado estadual e presidente da Alesp André do Prado”.

AÇÕES QUE FAZEM A DIFERENÇA: Uma série de ações ambientais realizadas pela Prefeitura fazem a diferença e tornam Guararema referência em sustentabilidade. Exemplos são a manutenção dos recursos hídricos, com ações de limpeza e de



sassoreamento de ribeirões, fundamentais para o equilíbrio ambiental e a prevenção de enchentes, e também o plantio de árvores – com destaque recente para a restauração florestal da Área de Preservação Permanente (APP) do Parque do Lago “Professora Aurea Maria Camargo Ramos”, que foi inaugurado em outubro último.

Outras ações de destaque são a obtenção, em 2024, da certificação internacional NBR ISO 14001:2015 de Gestão Ambiental, que coloca a Prefeitura de Guararema entre as poucas administrações públicas do Brasil a alcançar esse reconhecimento, e a implementação de uma série de iniciativas voltadas à preservação e conservação do meio ambiente. Entre elas, destacam-se as ações permanentes de educação ambiental, a manu-

tenção dos serviços de coleta seletiva no município, a coleta de resíduos volumosos por meio do serviço Cata-Treco, a parceria contínua com a Loja Pérola do Bem, do Fundo Social de Solidariedade, que promove a troca de materiais recicláveis por itens como roupas e brinquedos, e os projetos de reciclagem e conscientização desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino, com destaque para a Escola da Natureza Francisca Lerario.

NÃO PASSE VERGONHA, **ECONOMIZE!**

Na Ultrafarma é muito mais barato!

É verdade.
Eu garanto!

COMPRE PELO SITE OU APP

VISITE NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO BRASIL

2% OFF NO PIX

ATÉ 5% DE CASHBACK NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA

Brasil registra recorde de pequenos negócios

4,6 MILHÕES

O Brasil abriu 4,6 milhões de novos pequenos negócios entre janeiro e novembro de 2025, número que já supera o resultado de 2024, quando foram criadas 4,1 milhões de empresas. Os dados mostram alta de 19% em relação ao mesmo período do ano passado, consolidando o melhor desempenho da série histórica.

Os pequenos negócios representam 97% das empresas abertas no país em 2025. Entre elas, 77% são microempreendedores individuais (MEI), 19% são microempresas e 4% são empresas de pequeno porte.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, afirma que o crescimento reflete a confiança dos empreendedores no cenário econômico. Segundo ele, o país vive “si-

tuação de pleno emprego e inflação sob controle”, fatores que estimulam a abertura de novos negócios.

“Sessenta por cento dos brasileiros sonham em empreender. O empreendedorismo é porta para inclusão, geração de empregos e renda”, disse.

Em novembro, o país registrou a abertura de 350 mil novos pequenos empreendimentos, 28 mil a mais do que no mesmo mês de 2024.

SERVIÇOS LIDERAM NOVOS REGISTROS: O setor de serviços respondeu por 64% das novas empresas abertas até novembro. Nesse segmento, a abertura de MEI cresceu 24,5% em relação ao mesmo período de 2024. Em seguida, aparecem o comércio, com 21% do total, e a indústria, com 7%.

São Paulo (29%), Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (8%) foram os estados que mais registraram abertura de pequenos negócios em 2025.

Atividades com maior número de novos empreendimentos

Microempreendedores individuais (MEI): Atividades de malote e entrega: 22.986 novos MEI (9%); Transporte rodoviário de carga: 19.753 novos MEI (7%); Atividades de publicidade: 16.091 novos MEI (6%)

Micro e pequenas empresas (MPE): Atenção ambulatorial por médicos e odontólogos: 4.981 novas MPE (6%); Serviços combinados de escritório e apoio administrativo: 3.949 novas MPE (5%) e Atividades de saúde, exceto médicos e odontólogos: 3.326 novas MPE (4%).

Celular Seguro passa a bloquear aparelhos sem o app instalado

NOVA FORMA DE BLOQUEIO

A partir de agora, quem for vítima de furto ou roubo de celular ou quem perdeu o aparelho pode registrar a ocorrência pelo aplicativo Celular Seguro usando outro aparelho telefônico, tablet ou computador. E não é mais necessário informar o IMEI do celular, uma espécie de CPF do aparelho, nem ter registro prévio no aplicativo.

A informação foi divulgada na última quinta-feira (11) pelo

Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Basta baixar o app e entrar no Celular Seguro por meio de outro dispositivo, fazer o registro em até 15 dias, indicando a data e o horário do ocorrido, bem como a linha telefônica utilizada no celular.

Segundo o Ministério da Justiça, com isso, é possível bloquear a linha telefônica, os aplicativos financeiros, o IMEI do aparelho ou, ainda, cadastrar no

modo recuperação.

Lançado em dezembro de 2023, o Celular Seguro tem hoje 3,6 milhões de pessoas cadastradas, de acordo com o governo.

E o objetivo é que o usuário, a partir do aplicativo, emita um único alerta para agilizar o bloqueio de aparelhos, reduzindo prejuízos financeiros por golpes digitais, além de facilitar a recuperação de celulares pelas polícias estaduais.



Governo lança sistema que permite autoexclusão em sites de apostas

PLATAFORMA TAMBÉM REUNE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL

O governo federal lançou a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite ao cidadão bloquear simultaneamente todas as contas em sites de apostas autorizados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF). O cadastro pode ser feito pelo endereço eletrônico gov.br/autoexclusaoapostas, utilizando conta gov.br de nível prata ou ouro.

Até então, cada site de apostas oferecia sua própria opção de autoexclusão. Com o novo sistema, o bloqueio passa a ser unificado. Ao solicitar a autoexclusão, o usuário tem todas as contas ativas bloqueadas, fica impedido de abrir novos cadastros e deixa de receber publicidade direcionada de plataformas de apostas. A funcionalidade individual nos sites segue disponível.

Além do bloqueio, a plataforma reúne informações sobre saúde mental e orientações de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o governo, a autoex-

clusão é reconhecida pela comunidade científica como estratégia eficaz de redução de danos associados às apostas.

Para realizar o procedimento, o usuário deve escolher por quanto tempo deseja permanecer afastado — entre 1 e 12 meses — ou optar por período indeterminado. No caso da autoexclusão sem prazo, há até um mês para cancelar a decisão.

Também é necessário apontar o motivo da solicitação (decisão voluntária, dificuldades financeiras, recomendação de profissional de saúde, perda de controle sobre o jogo, saúde mental). É necessário aceitar os termos de uso, verificar se os dados pessoais estão corretos e, em seguida, o usuário recebe um registro de confirmação da autoexclusão.

Após a confirmação, as operadoras autorizadas têm até 72 horas para efetivar o bloqueio.

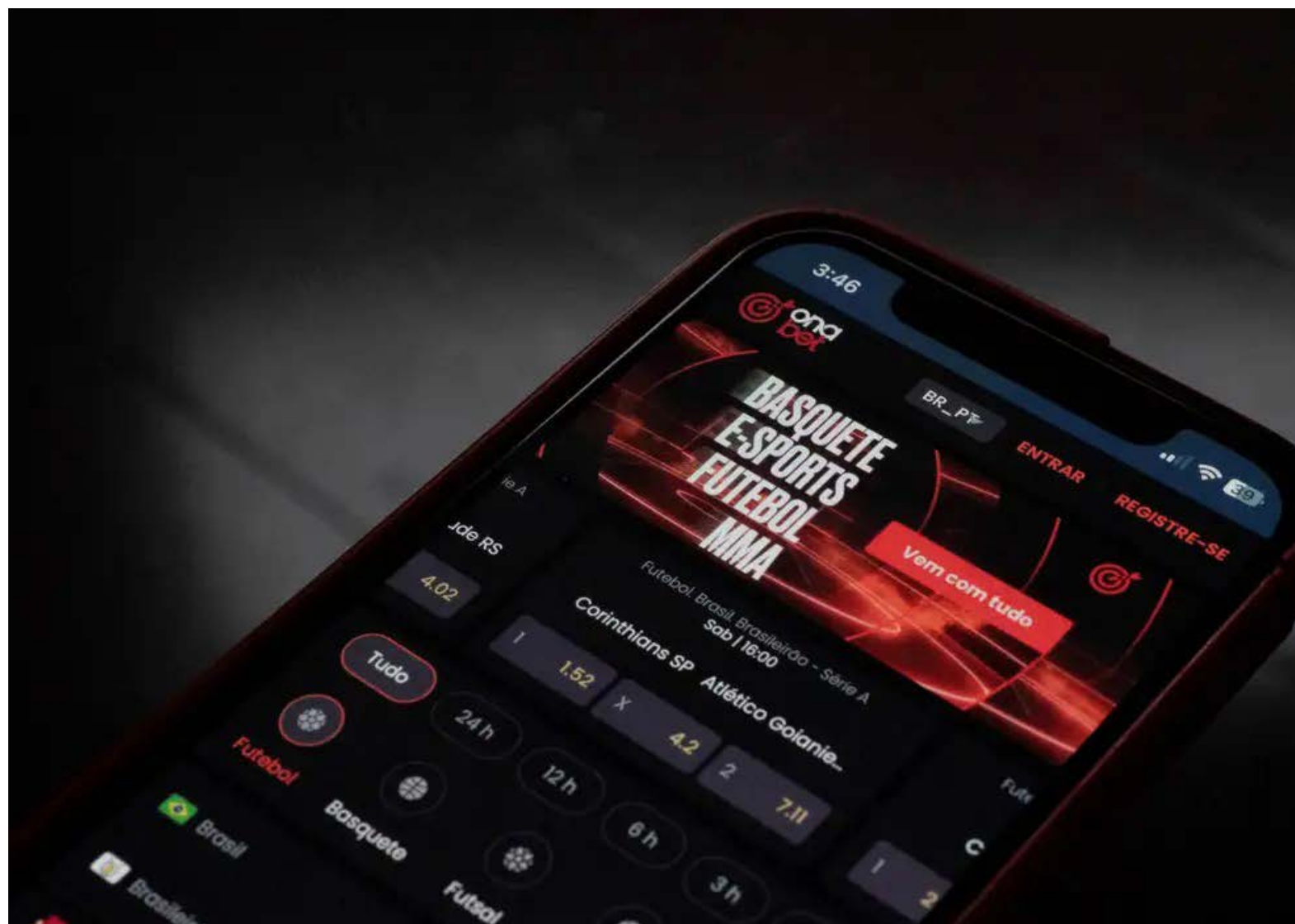
A ferramenta também pode ser utilizada por pessoas que nunca apostaram. Nesses casos, é possível indicar que o objetivo é evitar o uso indevido de dados pessoais por plataformas de apostas.

O secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fa-

zenda, Regis Duda, destacou que o sistema reúne outras funcionalidades.

“Será uma plataforma de múltiplas atividades, e não apenas de autoexclusão. Todo cidadão que quiser informações sobre o tema, que quiser fazer o Autoteste de Saúde Mental, poderá acessar o sistema e nele entender as especificidades e os riscos desse setor”, afirmou.

A plataforma integra as ações do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Saúde Mental e Prevenção de Danos do Jogo Problemático, que reúne os ministérios da Fazenda, Saúde, Esporte e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O sistema foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).



Salário mínimo será de R\$ 1.621 em 2026

NOVO VALOR VALE A PARTIR DE JANEIRO A SER PAGO NO SALÁRIO DE FEVEREIRO

O Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou nesta quarta-feira (10) que o salário mínimo será reajustado dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621, um aumento de R\$ 103, um reajuste de 6,79%.

O valor foi confirmado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizando no cálculo do reajuste anual do salário mínimo. O indicador registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito no salário que o trabalhador

recebe em fevereiro.

ENTENDA: A regra do reajuste do salário mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de 2 anos.

No dia 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, meca-

nismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99 e, com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%.

REVISÃO: Os resultados dos índices farão o governo revisar cálculos para as contas públicas no ano que vem, já que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, aprovado pelo Congresso Nacional, estimava o salário mínimo em R\$ 1.627, um reajuste de 7,18%.



Transporte público municipal gratuito.

Um novo parque, uma nova ponte, duas novas escolas, uma nova quadra.

Um estádio revitalizado, dois equipamentos sociais reinaugurados.

E muito, muito mais!



MPF entra com ação para que Free Flow opere imediatamente com desconto

ACAO QUER DESCONTO DE USUARIO FREQUENTE EM TODOS PEDAGIOS ELETRONICOS

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou na última quinta-feira (11) uma ação civil pública requerendo que a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sejam obrigadas a adotar imediatamente medidas de regulamentação e aplicação efetiva do chamado Desconto de Usuário Frequentador (DUF) para motoristas que passarem pelo sistema de pedágio Free Flow.

Na ação, o MPF pede a imediata suspensão das cobranças até que os abatimentos proporcionais sejam devidamente implementados. Embora a ação trate especificamente da Via Dutra, o Ministério Público Federal requer que o mecanismo de desconto seja estendido a todas as rodovias federais do país onde o sistema eletrônico esteja em funcionamento.

O sistema Free Flow entrou em operação no último sábado (6), com pódios de tarifação automática instalados em diversos pontos de acesso à Via Dutra, entre os municípios de São Paulo, Guarulhos (SP) e Arujá (SP).

“O usuário local de Guarulhos – que utiliza o trecho diariamente para atividades básicas de subsistência (trabalho, estudo, saúde, serviços essenciais) – suporta 100% da tarifa em todas as passagens mensais, inclusive nas faixas horárias em que a tarifa é artificialmente elevada por mecanismos dinâmicos de gestão de tráfego”, destacou o procurador da República Guilherme Rocha Göpfert, autor da ação.

O MPF ressalta que a aplicação do DUF é regulamentada há 30 anos para pedágios convencionais. O objetivo é di-



minuir o impacto financeiro para usuários que fazem múltiplas viagens mensais, reduzindo progressivamente o valor das tarifas, de acordo com o número de passagens pelas cabines de cobrança.

Para o Ministério Público, o estabelecimento dos descontos em mo-

delos Free Flow deveria proporcionar justiça tarifária, especialmente em áreas urbanas com grande volume de deslocamentos cotidianos e de curta extensão, como o trecho da Dutra no entorno de Guarulhos.

Segundo o MPF, a omissão da União e da

ANTT na regulamentação do DUF em modelos Free Flow viola diversas diretrizes constitucionais, como os princípios da modicidade tarifária, da isonomia e da proporcionalidade. A conduta, de acordo com o órgão, também configura desrespeito ao dever público

de regulação adequada de serviços delegados e à função distributiva da política tarifária rodoviária.

A ação contesta ainda a alegação dos órgãos federais e da concessionária Motiva, que administra a Via Dutra, de que o desconto progressivo seria incompatível com o Free Flow na rodovia.

“A tese de ‘incompatibilidade técnica’ não é uma conclusão técnica; é uma escolha política de exclusão tarifária, evidenciada pelo fato de que modelos regulatórios comparáveis demonstram viabilidade material, contratual e operacional do DUF em Free Flow. A existência dessa modelagem estadual – no mesmo ambiente geoeconômico e sob lógica de alta pendularidade – demonstra a total viabilidade do desconto progressivo no Free Flow”, acrescenta Göpfert.

CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM



PRORROGADO!

50% DE DESCONTO NA MATRÍCULA!

MANHÃ ou NOITE APENAS **R\$ 380,00** MENSAIS

TARDE APENAS **R\$ 310,00** MENSAIS

Invista em um ensino que vai além da sala de aula!

TRANSFORME SEU 2026 COM UMA NOVA CARREIRA NA SAÚDE

ESCOLA TÉCNICA SOS SAÚDE

(11) 2502-6956 (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, nº 60

Centro - Arujá - SP

PRORROGADO!

CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

50% DE DESCONTO NA MATRÍCULA!

Seu futuro na saúde começa agora e 2026 é o seu ano!



Rua Antônio R. Barbosa, 60 - Centro - Arujá

ESCOLA TÉCNICA SOS SAÚDE

MANHÃ ou NOITE APENAS **R\$ 380,00** MENSAIS

TARDE APENAS **R\$ 310,00** MENSAIS



Laser ÔMER 3D para ONICOMINOSE

Elimina os fungos
com precisão

Estimula o crescimento
de uma unha nova,
clara e saudável

Penetra na unha e
na pele ao redor de
forma profunda



PIETRA OLIVEIRA
beauty



 **(11) 91707-3239**

**Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP**